

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

PROJETO CONEXÃO LOCAL (CL)

**O papel da Rede de Mulheres da RESEX Canavieiras e da tecnologia social
desenvolvida na vida das mulheres pescadoras e marisqueiras**

Arthur Henrique dos Santos e Gabriela Fernandes

Supervisão: Ícaro Célio Santos de Carvalho

São Paulo – SP

2019

“Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos.”

João Cabral de Melo Neto

O papel da Rede de Mulheres da RESEX Canavieiras e da tecnologia social desenvolvida na vida das mulheres pescadoras e marisqueiras

As reservas extrativistas têm sido nos últimos anos uma solução adotada como forma de pensar a processo de preservação ambiental, a valorização da pesca artesanal e de outras atividades sustentáveis. Nesses territórios, organizações diversas se articulam para lutar por objetivos comuns e conquista de direitos, como é o caso da Associação Mãe da Reserva Extrativista (AMEX) e da Rede de Mulheres do Sul da Bahia. A partir desse contexto delineou-se uma pergunta de pesquisa que visava entender quais são os efeitos práticos do associativismo da Rede na vida das mulheres que compõem essa organização, as quais têm por atividade laboral base, a pesca artesanal. A pesquisa de campo foi realizada via aproximação com as organizações locais a partir do contato prévio da professora Isabela Baleeiro Curado. A coleta de dados se deu a partir de uma abordagem com aspirações etnográfico realizadas durante dez dias de campo em Canavieiras e povoados. Para a realização das análises dos resultados encontrados no campo foram divididos em três dimensões: valorização do trabalho feminino nas comunidades, empoderamento das mulheres que fazem parte da Rede e o fortalecimento de laços associativos. Acredita-se que a Rede consolida avanços significativos para o processo da superação da desigualdade de gênero, na medida em que atua na dimensão do reconhecimento dessas iniquidades. Também se observou que o comprimento do papel típico do associativismo pensando nos impactos coletivos e individuais da organização.

1. INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas (RESEX) têm sido nos últimos anos uma solução diferenciada para pensar o processo de preservação ambiental, por serem capazes de lançar mão de tecnologias de gestão diferenciadas de outros modelos de Unidades de Conservação (UCs), que não conseguiam, de uma maneira plena e estrutural, articular a valorização da pesca artesanal e a crescente necessidade da preservação do meio ambiente. O conceito de Reserva Extrativista limita o modo de exploração dos recursos naturais se dá dentro dessas Unidades de Conservação pautada por uma lógica de respeito ao ecossistema e uso consciente desses recursos (Cunha, 2001). Para além disso, o modelo das RESEX posta a existência de uma gestão mais descentralizada, que fomenta a organização política das comunidades na reivindicação de direitos (DUMITH, 2014).

Nesse contexto, a RESEX Canavieiras foi fundada em 2006, no litoral sul do estado da Bahia, com o diferencial que compreende o bioma marinho costeiro, e contempla o território dos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una. Nesse mesmo ano, foi fundada a Associação Mãe da Reserva Extrativista (AMEX) e a Rede de Mulheres da RESEX, ambos movimentos sem fins lucrativos que pautam a representação nos espaços de tomada de decisão descentralizados empregados na gestão da Reserva. Ao longo dos anos, a Rede de Mulheres ganhou uma relativa autonomia em suas atividades, e desenvolveu tecnologias sociais próprias para lidar com a questão de gênero no dado contexto social.

Na atividade pesqueira há uma expressiva divisão de gênero, uma vez que o trabalho desempenhado pela mulher se constrói como uma extensão da atividade doméstica, e é em essência, menos rentável do que, por exemplo, a pesca de mar, atividade reservada quase que de maneira exclusiva aos homens. Dado esse íterim, entende-se que a pesca artesanal no Brasil vive um contexto de precarização de direitos e relativa vulnerabilidade em relação a outras atividades laborais, essas questões atingem de maneira mais severa as mulheres, justificando assim a necessidade de pensar recortes dentro do próprio movimento, e a reivindicação por políticas que atuem na dimensão do reconhecimento e da redistribuição econômica (FRASER, 2006).

Este trabalho é resultado do processo de imersão do ciclo de 2019 do projeto Conexão Local, que resultou no desenvolvimento de um campo de aproximadamente três semanas no território da RESEX, no período de julho de 2019. A partir do contexto dado pela observação-participante na experiência *in loco* e por um breve levantamento bibliográfico sobre a temática, se tinha a intenção de responder na fase posterior ao campo a seguinte questão:

quais seriam os efeitos práticos da Rede de Mulheres a serem observados na vida das mulheres marisqueiras?

Em essência, o campo consistiu em um levantamento geral sobre o funcionamento da Rede, as possibilidades de exploração do mercado, e o emprego de suas tecnologias sociais associativas, que foram analisados e refinados posteriormente. Após o processo imersivo, se delimitou que o objetivo principal do estudo seria interpretar a luz da bibliografia de gênero, trabalho e tecnologia social, possíveis efeitos do associativismo na construção da autonomia das mulheres que integram a Rede de Mulheres Marisqueiras da RESEX Canavieiras.

Para além desta introdução, este estudo está estruturado substancialmente entre um referencial bibliográfico que dialoga entre as temáticas de trabalho e gênero, e uma breve análise dos dados obtidos em campo que por meio de um processo de aspirações etnográficas, sustentada pelo modelo de grounded theory fazer um levantamento bibliográfico e categorização a posteriori. Foi possível identificar e classificar os efeitos da Rede em três principais dimensões: (i) na valorização do trabalho feminino nas comunidades tradicionais; (ii) no empoderamento das mulheres que fazem parte da Rede; e (iii) no fortalecimento de laços associativos. Esse modelo de três dimensões foi produzido a partir da codificação dos cadernos de campo dos pesquisadores, que consistiam em relatos etnográficos sobre as vivências experienciadas no acompanhamento das atividades das Rede, e do dia a dia das mulheres da organização.

Há a pretensão de que esse trabalho contribua principalmente no sentido de dar luz à temática do associativismo e dos movimentos sociais no específico contexto da RESEX Canavieiras, entendendo que gênero é uma dimensão importante para ser pensada para dentro dos movimentos sociais. Também cabe ressaltar que é intenção dos autores, valorizar o trabalho desenvolvido pela Rede e lançar luz por sobre os efeitos dos anos de atuação da organização, que tem como dois pilares centrais empoderamento e o autocuidado. Ao fomentar atividades nessas duas esferas, cria-se um espaço seguro de reciprocidade e de trocas para as marisqueiras e pescadoras que estabelecem relações de exploração respeitadas com o ecossistema da RESEX, e percebem que têm estes e outros pontos comuns em suas trajetórias. O trabalho de posta como relevante ao estar alinhado também com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5, que diz respeito à superação da desigualdade de gênero à nível global. A experiência da Rede se dá como uma iniciativa de desenvolvimento local em um país em desenvolvimento que tem um valor prático muito grande, ao postular caminhos práticos de enfrentamento à desigualdade de gênero.

2. TEORIA

2.1 Gênero, trabalho e subordinação

A literatura que discute questões ligadas à gênero e o papel social da mulher aponta que há construtos históricos que estabelecem as diferenças em como essas categorias, masculino e feminino, são postas na sociedade e qual o valorativo que opera sobre elas.

Estas diferenças de como o masculino e o feminino são vistos socialmente são construídas com base na cultura, o que é tida como o modo pelo qual o conhecimento e a experiência de gerações passadas se põem no presente, sendo um ponto importante de definição de valores e padrões de vida. Nossa vertente cultural estabeleceu historicamente a preponderância do masculino sob o feminino, a chamada era do patriarcado, a partir do momento em que se percebeu que o homem tinha impacto no ciclo reprodutivo feminino, sendo peça fundamental para a geração de uma nova vida. Com isso, a mulher passa a ser confinada no meio doméstico, responsabilizada pelos filhos enquanto o homem passa a realizar trabalhos relacionados ao sustento da família como a produção de alimentos (LINS, 2011). Essa divisão de papéis acaba reforçando a noção de poder e força do homem em relação aqueles que dependiam dele (ENGELS, 2002).

Ao passo que a propriedade e os meios de produção, concentrados nas mãos masculinas, davam caráter material a subordinação feminina, a cultura teve papel significativo na criação dessas duas identidades, tidas como opostas. Com isso, moldou-se e perpetuou-se as identidades como o “meio pelo qual o homem se reconhece e é reconhecido pelo mundo” (ETTINGER et al., 2015). Nesse processo, o feminino é subordinado e desvalorizado como uma identidade inferior.

O surgimento de correntes teóricas como o iluminismo, no século XVIII, não significou a princípio uma mudança de paradigma no que diz respeito ao modo como as mulheres eram vistas, ainda que houvesse uma circulação de ideias a respeito da universalidade e da razão, duvidava-se da capacidade das mulheres de governarem suas vidas e tomarem suas próprias decisões (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 266).

No final do século XIX com o apogeu industrial, tornou-se mais aceitável a atuação da mulher no mercado de trabalho, motivada pela necessidade econômica, vontade própria e desejo de emancipação pessoal (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 284). Nesse momento, surgem na Europa movimentos feministas diversos, em partes, alinhados às lutas sindicais por direitos e condições dignas de trabalho. Apesar das diversas vertentes, o gênero feminino

sempre foi visto como algo que precisava não ser definido da mesma forma que era pelos homens ou pela estrutura patriarcal (CASTELLS, 2010).

Dentre as principais reivindicações, eram vistos a demanda pelo:

Fim das leis que colocavam as mulheres em situação de subordinação, pelo divórcio, emancipação financeira, direito de propriedade para as mulheres casadas, proteção contra a violência masculina, ampliação da participação política e por um acesso à educação mais amplo (ETTINGER et al., 2015, p. 164).

No Brasil, outros elementos estão presentes na relação entre gênero, trabalho e subordinação, na medida em que a escravidão e a trajetória histórica do país se fazem presentes na história do país, e geraram desdobramentos na realidade atual.

Em relação à produção feminina e feminista, no final do século XIX, observou-se o início de um movimento político com nomes como Bertha Lutz, pautando a reivindicação pela participação das mulheres em questões políticas, universalização do acesso à educação ao público feminino e melhoria das condições de trabalho (SOIBET, 2002). Posteriormente, na década de 1960, as mulheres se engajaram em movimentos políticos contra a repressão da ditadura, ocupando, porém, papéis secundários. Já no final dos anos 1980, passou-se a discutir na academia a construção social do gênero feminino acompanhando discussões como as feitas por Judith Butler (ETTINGER et al., 2015).

A situação da mulher negra em relação ao mercado de trabalho e subordinação de gênero era acentuada. Após a abolição, a ausência de políticas compensatórias fez com que se perpetuasse a marginalização histórica dessa população. Com o despreparo dos homens negros para o ingresso ao mercado de trabalho, deu às mulheres a responsabilidade de sustentar as famílias materialmente, sendo a provedora do lar, em uma ordem inversa ao que ocorreu em outros espaços domésticos (BENTO, 1995).

Com a abolição da escravatura discutia-se o funcionamento do capitalismo, de modo a não considerar a variável raça como significativa, como se a marginalização dos negros estivesse ligada somente à sua capacidade produtiva. Com isso, estudos realizados nos anos 1990, indicam que a trabalhadora negra, responsável primária pela família, é aquela que mais se encontra marginalizada nesse processo, por ser o grupo de pessoas que menos têm acesso a escola e que ingressa mais precocemente no mercado de trabalho. Além disso, também é apontado por Bento (1995), que esse grupo é o que menos tem retorno financeiro com o aumento da escolaridade e o que mais sofre com o desemprego.

De acordo com Okin (1993), a família é relevante para se pensar a criação da autonomia porque “a instituição familiar possui o poder de atribuir papéis e funções aos seus componentes, fazendo-os de modo invasivo e totalitário, legitimado pela tradição e pelos costumes” (REGO; PINZANI, 2013). Nesse sentido, as relações de gênero e poder que ocorrem nesse espaço podem se constituir como um dos impedimentos para que a mulher usufrua do seu autogoverno.

A questão financeira também se constitui como condição importante à medida em que é entendida como um dos primeiros passos fundamentais para a independência e liberdade humana na sociedade capitalista (REGO; PINZANI, 2013). Cabe, assim, a discussão acerca de quais são os papéis que a mulher ocupa e qual sua remuneração quando exerce atividade remunerada, o que retoma o ponto supracitado de como o mercado de trabalho age marginalizando para determinados grupos sociais, como as mulheres negras.

2.2. Desenvolvimento local a partir de tecnologia social

Tecnologia social é um processo que, por definição, consiste em “técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social” (BAVA, 2004. p.106). Por pressuposto desse conceito, entende-se que há, no produto entregue, uma relação forte com o que se pretende solucionar, via geração de inclusão social.

De acordo com Santos (2000), o atual momento histórico faz com que as relações sociais se baseiam em lógicas que prezem pela competição, individualismo e lei do mais forte, tendo em vista a primazia do capitalismo e das corporações transnacionais. Como consequências negativas desses processos, no qual há necessidade de intervenção, observa-se a pobreza, a desigualdade, a degradação do meio ambiente e a exclusão social. Nesse sentido, pobreza não é só a vista como uma privação material, mas está relacionada com o desenvolvimento das instituições e das políticas (BAVA, 2004).

A tecnologia social, vista como experiências inovadoras, possui, de acordo com a literatura da temática, alta capacidade transformadora das realidades e relações que ocorrem na sociedade. Isto ocorre a partir de instrumentos que redesenhem o ordenamento das relações sociais e possibilitem uma melhor relação entre os atores envolvidos no que se haja preposição de mudança.

Apesar disso, o modelo capitalista posto como gênese dos problemas e a constatação de que não pode haver modelo de desenvolvimento que seja sustentável dentro do sistema

(BAVA, 2004), faz com que essas alternativas sejam pensadas de outra maneira, com o desenvolvimento sustentável como possível resposta para conciliar crescimento sustentável e condições sociais adequadas. Para isso, ele é uma forma de desenvolvimento que deve beneficiar a maioria da população, distribuir renda e estar alinhado à um projeto no qual as pessoas se identifiquem (BAVA, 2004).

Quanto tais ideias são trabalhadas no nível das localidades, como é o caso da presente pesquisa, observa-se forte relação com o conceito de desenvolvimento local, trabalhado por Abramovay (1998). Ele é considerado uma estratégia que deve garantir para o território na qual é aplicada melhoria das condições socioeconômicas, quando observado a mesma comunidade no médio e longo prazo. Para que isso ocorra, é necessário que as capacidades e oportunidades locais sejam aproveitadas mediante a participação dos atores sociais, econômicos, privados e públicos para discutir o que deve ser pensado para determinada região.

Temáticas como combate à pobreza inclusão social expressão que o atual modelo de desenvolvimento tem falhado, sendo crucial esse novo olhar para as políticas a partir do amadurecimento e expansão do uso de tecnologias sociais. Como desafios, Bava (2004) aponta que há ainda certa resistência em apoiar, por parte do Estado, iniciativas bem sucedidas que podem ser replicados e utilizadas para soluções de questões públicas, sendo relevante que haja uma revisão acerca dos mecanismos legais de financiamento para que se possa promover tais projetos.

3. MÉTODOS

3.1. Objeto de estudo: A Rede de Mulheres e o associativismo

A organização de mulheres ligadas à atividade da pesca começou em 1970, quando houve a reivindicação pelo título de marisqueira para identificar o trabalho específico que as mulheres desempenhavam. O primeiro espaço no qual as mulheres marisqueiras conseguiram se organizar para debater essa questão foi na I Conferência Nacional da Pesca que ocorreu em 2004. A percepção das dificuldades coletivas fez com que as mulheres se

organizassem e colocassem suas demandas num documento oficial estabelecido na II Conferência da Pesca realizada dois anos depois (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2013).

Como resultado da luta por avanços, em 2009, foi instituída a nova Lei da Pesca, Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que regula as atividades pesqueiras e inclui as mulheres como agentes produtivas e define pescador como pessoa física sem que haja distinção de gênero (RODRIGUES, 2010).

Ainda em 2009 surge, com apoio da ONU Mulheres, a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia, seu objetivo foi promover visibilidade às demandas e necessidades das mulheres que exercem essa atividade, bem como a valorização desse trabalho realizado na comunidade extrativista de Canavieiras e nas regiões do entorno.

O apoio da ONU Mulheres também está relacionado aos objetivos da rede que se relacionam com a garantia de direitos sociais básicos, como licença-maternidade e previdência, e direitos relacionados a ser mulher e pescadora como a garantia do seguro pelo defeso (ETTINGER et al., 2015).

A Rede, aproximadamente 600 pescadores e marisqueiras, estima-se ainda que o alcance desta iniciativa impacte a vida de mais de 1000 mulheres (SANTIAGO; BATISTA, 2018). Esse dado baseia-se na participação das mulheres em reuniões da união que engloba capacitações, treinamentos, mobilizações e participação em eventos externos como a Marcha das Margaridas.

O Projeto realizado pela Secretaria de Política para Mulheres da Bahia (2013), estimou que a idade das participantes está concentrada nas faixas de 26 a 25 anos (35,7%) e 36 a 45 (34,8%). Em relação à distribuição territorial, a maioria das mulheres mora em Canavieiras, Ilhéus, Una e Belmonte.

A Rede é uma estrutura associativa não institucionalizada (ETTINGER et al., 2015), por não seguir algumas características das associações. Elas consistem na união de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivo, sendo uma entidade sem fim lucrativo, cujo patrimônio vem da contribuição dos associados. Ademais, são figuras do direito privado, na qual os dirigentes não podem receber remuneração pela atividade exercida. Para fundação de uma associação, é necessário que haja uma assembleia geral com um presidente e um secretário para criação de um estatuto social. Também é necessário que haja um membro da diretoria e um conselho fiscal. O estatuto social e os objetivos da associação podem ser mudados após assembleia constituinte, caso haja maioria em uma nova votação realizada em

assembleia (INCUBADORA SOCIAL, 2015). Tal união é considerada como “instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica” (INCUBADORA SOCIAL, 2015, p.5).

A consideração da Rede como um tipo de associativismo se relaciona com afinidade dos objetivos estabelecidos na fundação da organização e os objetivos de uma associação. São eles a reunião de esforços para desenvolver atividades de interesse comum, o fortalecimento de laços de solidariedade, a defesa de interesses coletivos, a melhoria da qualidade de vida dos associados e a promoção de desenvolvimento da região ou comunidade no qual a associação realiza seu trabalho (INCUBADORA SOCIAL, 2015).

3.2. Pesquisa de Campo

A metodologia para realização desta pesquisa está dividida em duas partes. A primeira parte consistiu na experiência de campo de dez dias na Reserva Extrativista de Canavieiras no sul do estado da Bahia, que foi realizada a partir do Projeto Conexão Local da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Dentro do território, a aproximação com as organizações locais ocorreu a partir do contato da professora Isabela Baleeiro Curado com a Associação Mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras (AMEX) e com a Rede de Mulheres das Comunidades Pesqueiras do Sul da Bahia.

O foco principal desta pesquisa, cuja abordagem é qualitativa, é a Rede de Mulheres, organização que surgiu dentro da AMEX em 2009, com a atuação relacionada ao fortalecimento da mulher de maneira atrelada ao trabalho da mariscagem.

A coleta de dados do trabalho ocorreu a partir de técnicas com aspirações etnográficas e observação participante. A etnografia é definida como

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver o entendimento científico daquela associação (LOFLAND; LOGRANDO, 1984, p.12)

Não é possível afirmar que o trabalho tem o processo da observação participante como norteador amplo metodológico porque o contato com as mulheres marisqueiras ocorreu somente durante o período de dez dias. Ainda assim, esse foi o método escolhido tendo em

vista que ele promove um encorajamento ao entendimento das questões que cercam as atividades diárias das mulheres que buscamos compreender via tal pesquisa.

Em relação às atividades realizadas em campo, elas ocorreram de tal maneira:

Quadro 1 - Cronograma das atividades realizadas no campo em Canavieiras

Dia 01	Chegada em Canavieiras
Dia 02	Entrevista não estruturada com Elialda Avelino, uma das líderes da Rede de Mulheres, na sede da AMEX Visita à comunidade do Atalaia e entrevista não estruturada com Carlinhos e Gesiane, líderes comunitários
Dia 03	Visita à comunidade de Puxim do Sul Entrevista não estruturada com Elialda Avelino e Luciene Andrade, participantes da Rede de Mulheres
Dia 04	Ida ao mangue em Puxim do Sul
Dia 05	Reunião de planejamento na sede da AMEX Entrevistas não estruturada com João da Barba, presidente da AMEX Ida à comunidade de Campinhos
Dia 06	Ida ao mangue em Campinhos Entrevistas não estruturada com Dona Marlene e Lilian Santana, líderes comunitárias e integrantes da Rede de Mulheres
Dia 07	Sistematização das vivências em Canavieiras
Dia 08	Acompanhamento de atividades na sede da AMEX Socialização com pescadores em evento comunitário
Dia 09	Dia sem atividades
Dia 10	Socialização com pescadores e marisqueiras em evento comunitário

Dia 11	Ida para Ilhéus
--------	-----------------

Fonte: Elaboração própria

O conteúdo das entrevistas e as percepções sobre elas foram registradas em um diário de campo individual e posteriormente consolidada em um relato de experiências sobre as vivências em Canavieiras.

Ademais, além da pesquisa de campo realizada em Canavieiras, outros 10 dias foram destinados para realização de uma pesquisa de campo na cidade de Porto Seguro com idas à Arraial d'Ajuda e Trancoso. Esse segundo momento contribuiu para maturação do que foi observado na primeira fase do campo.

Pela vivência intensa da experiência de campo, que se traduziu na convivência diária com pessoas ligadas à AMEX e a Rede de Mulheres, e pela riqueza de temáticas abordadas em campo, esse relatório consiste apenas em um recorte dentro das diversas temáticas que poderiam ser exploradas a partir do que foi visto durante os dez dias de campo.

4. RESULTADOS

Tendo em vista os dados da experiência de imersão em Canavieiras com aspirações etnográficas (LOFLAND; LOGRANDO, 1984) houve um processo de sintetização dos cadernos de campo para que os dados pudessem ser analisados. Sendo assim, se percebe que o modelo de associativismo empregado na Rede é resultado de um conjunto de tecnologias alternativas de participação comunitária e de produção, que agregam conhecimentos tradicionais a novas maneiras de se comunicar e trocar experiências para dentro da própria rede, de modo a maximizar de acordo com os recursos disponíveis o nível de bem-estar da comunidade (DAGNINO, 1976). A partir dessa conjugação, se configura uma tecnologia social que é particular à Rede de Mulheres e conseqüentemente, redefine relações de poder dentro da própria AMEX, uma vez que dimensões como o empoderamento feminino impulsionam a participação das mulheres da Rede em instâncias hegemônicas.

A partir dessa análise, foi feita uma escolha por categorizar, como exposto anteriormente na metodologia os impactos da tecnologia social de associativismo desenvolvida pela Rede de Mulheres dentro da RESEX Canavieiras em quatro dimensões principais:

1. A valorização do trabalho feminino nas comunidades;
2. O empoderamento das mulheres que fazem parte da Rede;
3. O fortalecimento de laços associativos;
4. A profissionalização do trabalho feminino em rede associativa;

4.1 A valorização do trabalho feminino nas comunidades

No contexto estudado, existe uma divisão entre o tipo de trabalho desenvolvido pelas mulheres, em detrimento ao trabalho realizado por homens que é mais focalizado na pesca de mar ou de grandes peixes de água doce, e costuma ter uma rentabilidade superior do que a do que as atividades como tipicamente femininas, que são focalizadas nos mariscos, e mais especificamente no catado de aratu (como é o caso das mulheres da Rede). Em suma o potencial de mercado e rentabilidade entre homens e mulheres é bastante diferenciado, as mulheres tendem a ganhar menos que os homens. Esse é um retrato muito claro, sobre o quanto a coletividade de gênero está embrenhada na perpetuação de desigualdades econômicas, e que os remédios para a superação da desigualdade demandam tanto serem afirmativos, quanto ao reconhecimento dessas iniquidades, quanto transformativos, ao propor soluções que passem para além da dimensão do reconhecimento (FRASER, 2006).

Desse modo, a Rede de Mulheres exerce hoje um importante papel na valorização do trabalho feminino para o movimento de pescadores da região, que impacta diretamente no processo de tomada de decisão e na ocupação dos espaços de poder dentro do arranjo estrutural da AMEX. Nos espaços de reunião observados em campos, observou-se que as perspectivas de gênero são usualmente levadas em consideração, sobretudo, quando as mulheres ocupam esses espaços, por mais que a AMEX e a Rede sejam próximas e tenham fortes interlocuções em seus interesses, as mulheres da Rede sempre postam como fundamentais os recortes de gênero dentro das atividades da Associação Mãe da RESEX, e que existe um importante sentimento de pertencimento das mulheres à Rede.

Na fase de entrevista nas cidades de Ilhéus e Porto Seguro, foi-se perguntado sobre o catado de aratu de Canavieiras, as pessoas que conheciam a região e o produto se referiam a este como sendo “o catado das mulheres de Canavieiras”, este é um ato simbólico e pode representar e reforçar o pertencimento da mulher na atividade pesqueira local. Esse processo de reconhecimento do trabalho do catado de aratu e outros produtos no mangue é conhecido localmente como uma atividade que tem por predominância as mulheres como executoras, enquanto o trabalho do “alto mar” é em geral, reservado aos homens, devido a por vezes

esses ficarem mais ausentes da família, enquanto que o trabalho permeado pelas marés do mangue possibilita uma maior presença dentro de casa, e a possibilidade de cuidar dos filhos, o que ainda é um trabalho estritamente feminino

4.2 O empoderamento das mulheres da Rede

Essa dimensão implica na construção de alternativas que se dão para além de um campo simbólico, e que contribuem efetivamente para o desenvolvimento de narrativas que pautam em rupturas de processos opressivos dentro do contexto de vida das mulheres que compõem a rede.

As atividades da Rede ao longo desses treze anos de existência, abordam desde questões de violência até ao autocuidado, e têm influenciado positivamente na vida das mulheres, que demonstraram entender, de maneira geral, que o autocuidado perpassa por não deixar com que seu corpo seja violado de maneira física e psicológica por exemplo, ganhando uma noção mais completa sobre as diferentes formas pelas quais a violência de gênero se manifesta. É importante apontar que esse processo é dialogado com a realidade local, e que o feminismo da Rede assume características próprias, permeadas por outros marcadores sociais que não somente gênero que permitem a sua capilaridade dentro da organização (Henning, 2015).

Henning (2015) explica que contemporaneamente existe um movimento de inclusão de outros marcadores sociais das diferenças na literatura que discute gênero e feminismos de uma forma mais ampla, pois a narrativa de gênero não dá conta de explicar todos os efeitos que oprimem as mulheres num contexto como o da RESEX, a partir do ponto de vista de uma narrativa única, a contextualização, se faz assim como um movimento necessário. Ressalta-se a importância da interseccionalidade no processo de garantia efetiva dos direitos das mulheres no contexto do movimento de pescadores, a experiência da Rede seria um modo de garantia material dos direitos humanos, ora garantidos formalmente na própria Constituição Federal, e em políticas públicas, focalizadas nas comunidades de pescadores.

Segundo Crenshaw (2002), essa narrativa dos direitos humanos apreende dimensões importantes como raça e gênero, ambas as questões devem ter um desdobramento específico para que se tenham avanços significativos na superação das desigualdades em função do gênero. A Rede demonstra fazer em seus processos formativos, assumindo que uma visão geral sobre as comunidades tradicionais de pescadores, não dá conta de garantir direitos às mulheres dessas comunidades. Assume-se que a rede lança mão de uma tecnologia social

que têm a interseccionalidade, como um valor fundamental, encontrando um respaldo na prática cotidiana de suas atividades.

Há um importante espaço de diálogo e troca para as mulheres que não encontraram espaços seguros para compartilhar suas individualidades, e também para entender os pontos comuns existentes em suas trajetórias. Dois casos de violência relatados em campo, quase culminaram na experiência de feminicídio, de acordo com esses relatos, a Rede teve um papel fundamental para a emancipação dessas mulheres dessas relações abusivas com seus companheiros, construindo o entendimento de que a violência contra a mulher é intolerável. Mesmo que todas as mulheres, dentro de suas limitações não rompam seus relacionamentos com seus agressores, existe o entendimento de que violência é intrinsecamente uma violação, e acaba Rede responsável por prestar, também dentro de suas limitações uma espécie de suporte psicológico e simbólico para mulheres que se encontram em situação de violência, e vêem algum grau de respaldo e apoio nas outras mulheres que fazem parte da organização.

4.3 O fortalecimento de laços associativos

A Rede de Mulheres dá um passo que a AMEX por si só não conseguia, que é a valorização e o estreitamento de laços comunitários, a partir do momento em que as mulheres assumem um papel de protagonismo dentro de ambas as organizações. Nas entrevistas, se teve a percepção de que a consolidação da Rede de Mulheres teve um desdobramento prático que foi o fortalecimento da AMEX, uma vez que as mulheres das comunidades pesqueiras começaram a integrar efetivamente esse campo. No diálogo com uma liderança feminina da comunidade do Atalaia a seguinte frase direcionou a conversa:

“Agora, a gente está ocupando espaços importantes dentro da AMEX e da Rede, as mulheres estão na gestão de projetos importantes lá dentro, e a Rede tem bastante autonomia, conseguimos um edital pra fazer um projeto só nosso.” (Liderança do Povoado do Atalaia - Entrevista, Julho de 2019)

É possível identificar a ocorrência prática de um conceito que Tilly (2010) chama de representações públicas de Valores, Unidade, Número (quantidade de pessoas) e Comprometimento (VUNC) em relação a causa do movimento, sendo estas quatro dimensões fontes que fortalecem de maneira reiterada a atividade dos movimentos sociais. A Rede de Mulheres desenvolve dessa maneira um repertório próprio e representa publicamente na

condução de suas atividades, representações práticas de VUNC, sendo efetiva em angariar e criar fortes laços associativos entre suas integrantes, que reflete numa maior completude de seus direitos enquanto mulheres e também enquanto marisqueiras, entendendo assim que existe uma articulação inegável entre essas duas dimensões.

Desde a fundação da rede há um desenvolvimento da dimensão da Unidade, tanto no que tange o número, mas também o comprometimento dos associados, para além de uma revisão dos valores da AMEX, que por prestar em termos práticos, o suporte estrutural para a Rede, revê na prática seus valores, e incorpora a dimensão de gênero dentro destes. Por exemplo, hoje dentro da figura jurídica da AMEX, a Rede desenvolve diversos projetos, com uma relativa autonomia para as tomadas de decisões, apesar de estar eminentemente ligada a AMEX, têm-se observado mais à essa dimensão desde a existência da Rede.

4.4 A profissionalização do trabalho feminino em rede associativa

Para além dessas três dimensões observadas, que materializam alguns dos efeitos práticos da Rede de Mulheres na valorização do trabalho feminino, no empoderamento e no fortalecimento dos laços associativos, se notou também que há um gargalo de atuação da Rede, no que tangencia a profissionalização e a incorporação efetiva de mecanismos técnicos para a gestão de seu produto e a possível exploração de novos mercados consumidores na região sul do estado da Bahia.

É importante refletir em como agregar novas tecnologias sociais nos mecanismos de associativismo, de modo a potencializar a apropriação de técnicas importantes no desenvolvimento de novos mercados e o aumento quantitativo na renda disponível das mulheres que integram ou não a Rede. Atualmente, a comercialização do aratu é restrita ao próprio município de Canavieiras, ou pequenos nichos de cidades próximas, como os municípios de Una, Belmonte, as feiras livres de Ilhéus e o mercado de peixes em Porto Seguro, porém de maneira bastante incipiente, em relação ao próprios municípios que compõem a RESEX.

Essa limitação do mercado se dá pela intrínseca limitação do próprio produto, que é tradicional na região, mas menos conhecido e menos explorado nos centros urbanos próximos, como Ilhéus e Porto Seguro, de acordo com os comerciantes da própria região. No contato com duas mulheres da Rede, se observou o desejo da criação de um empório de produtos, entretanto, para a efetivação desse projeto, existe a demanda pela incorporação de

linguagens técnicas que transponham os valores de associativismo em um negócio social, que pense um processo justo de divisão dos lucros (Bava, 2003).

“A gente quer, daqui a 10 anos, ter um empório de produtos, com o catado de aratu, mas também com todas as outras coisas que a gente conseguir produzir. Quem sabe até a gente consegue fazer uma loja cor de rosa lá na cidade, mas a gente tem muito chão até chegar lá”. (Liderança do Povoado do Atalaia - Entrevista, Julho de 2019)

Alguns passos importantes para a materialização desse projeto, seria num primeiro momento entender quais são os produtos que podem ser feitos com o catado de aratu, e quais poderiam ser comercializados em larga escala, uma ampla análise de mercado da região e um processo de incubação que desenvolva um arranjo de negócio social adequado com as especificidades da Rede, uma vez que o conceito de cooperativismo demanda arranjos que dialoguem com as diferentes realidades territoriais

Nos foi relatado que, ainda no ano de 2019 a Rede conseguiu estabelecer um preço fixo para o catado de aratu frente aos compradores da região, sendo essa uma questão em constante debate dentro da organização - a viabilidade de estabelecer preços base para o catado. Esse seria um caminho inicial para a estruturação de modelos de trocas justas, e que garantem um retorno financeiro que seja minimamente correspondente ao trabalho desenvolvido pelas mulheres da organização.

Cabe ressaltar que em nossas entrevistas as mulheres apontaram “um número médio mínimo de 100 aratus são necessários para produzir apenas um quilo do catado”, demonstrando de maneira prática, que esse é um trabalho custoso e que demanda “tempo, prática e destreza”, como sublinhou uma liderança entrevistada da comunidade de Campinhos.

Durante o processo de ida ao mangue, processo de tratamento (que inclui de maneira simples) a limpeza do marisco, a fervura, a quebra da casca, a retirada da carne, o aproveitamento da carne e o congelamento do catado - geralmente feito em sacos plásticos simples, pode chegar a demorar um dia inteiro, tendo em vista que as mulheres geralmente vão ao mangue pelo amanhecer e retornam apenas no fim da tarde para ainda fazer o processo de tratamento do catado.

Segundo Bava (2003), a integração de novos mecanismos técnicos e o diálogo com saberes tradicionais constituem um conflito iminente. O modelo de desenvolvimento adotado

dentro de um sistema de produção capitalista é necessariamente competitivo e individualizante, ao passo que as tecnologias mais tradicionais empregadas na rede têm valores organizacionais próximos às demandas das comunidades, os quais por sua vez se propõem a serem cooperativos e coletivizadores.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo principal, interpretar a luz da bibliografia de gênero, trabalho e tecnologia social, possíveis efeitos do associativismo na construção da autonomia das mulheres que integram a Rede de Mulheres Marisqueiras da RESEX Canavieiras, visando entender a partir dos dados coletados quais os efeitos práticos da Rede puderam ser observados na vida das mulheres marisqueiras que compõe a organização.

Em relação aos efeitos, as falas das entrevistadas sobre o papel da organização retomam a cartilha sobre a temática do associativismo feita pela Incubadora Social (2015). No texto, define-se participação, união, solidariedade, cooperação e objetivos em comum como palavras-chaves que se relacionam com o objetivo de se associar se em alguma comunidade.

Os dados encontrados em campo se mostram relevantes para um efetivo processo de conquista de direitos individuais e coletivos. A existência de mulheres que conseguiram superar uma situação de violência num contexto de vulnerabilidade socioeconômica e que atribuem parte desse processo a uma construção que tem a ver com a Rede, é por si um efeito relevante na garantia de uma dimensão individual de direitos básicos, isso pode sugerir que a tecnologia social desenvolvida pela Rede e os diálogos acerca da temática de gênero estabelecidos têm dimensões materiais significativas.

De modo geral observa-se que a rede potencializa a tomada de consciência em torno das mulheres que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade dado o contexto da RESEX Canavieiras, que postula frágeis relações do Estado enquanto um garantidor de direitos civis e sociais. A ruptura de eventuais situações de violação de direitos idealmente garantidos em constituição para essas mulheres, se dá como um efeito significativo do papel desempenhado pela Rede de Mulheres, que atua nessa dimensão prática do empoderamento feminino.

Entende-se que a atividade da Rede versa sobre essa dimensão do empoderamento e que perpassa a questão da organização em torno da produção e da valorização do trabalho feminino, o que impulsiona em termos absolutos as capacitações

disponíveis para que as mulheres atuem como transformadoras em seu cotidiano. Observa-se também que há uma crescente demanda pela profissionalização e capacitação técnica das mulheres, sendo este um desejo coletivo da Rede, e um caminho que pode auxiliar no processo de garantia de uma maior autonomia financeira, ampliando a gama objetiva de atuação da Rede de Mulheres. Esse processo consiste no aumento prático do escopo de tecnologias sociais apropriadas pela organização, e tem que ver com o dilema de como pensar processos de troca justos e disruptivos, dentro de uma superestrutura que não estimula processos coletivizadores (Bava, 2003).

O caminho de vincular a linguagem já consolidada numa dimensão social da produção de um maior grau de tomada de consciência de direitos individuais enquanto mulheres e marisqueiras, para também uma dimensão de maximização dos lucros e um real incremento de renda, demanda em essência a incorporação de mecanismos de gestão e o desenvolvimento de processos associativos e cooperativos, que projetam efeitos materiais também na dimensão do aumento da renda própria das mulheres, de modo a gerar um maior grau de autonomia.

O primeiro aprofundamento que poderia ser feito está ligado às limitações do presente trabalho. Por questões diversas, o campo foi realizado durou o período de vinte dias e foi possível conversar com o número restrito de mulheres. Nesse sentido, as entrevistas poderiam ser expandidas a fim de contemplar mais beneficiárias da Rede de localidades diversas, tendo em vista a concentração em marisqueiras de Puxim do Sul e Campinhos. Ademais, conforme verificado no campo, seria de interesse da organização estudos a respeito das possibilidades de comercialização do catado de aratu, produto produzido pelas marisqueiras, e da superação dos desafios que elas enfrentam em relação ao mesmo.

Em última instância, acredita-se que a Rede consolida avanços significativos para o processo de superação da desigualdade de gênero, atuando numa dimensão do reconhecimento dessas iniquidades e construindo remédios transformativos que tem dado conta de lidar, nesses treze anos de existência da Rede, tanto com injustiças econômicas e também culturais/simbólicas (FRASER, 2006).

Esse processo de construção de remédios transformativos, demandam num campo prático, o desenvolvimento de tecnologias sociais que sejam capazes de pensar como gênero se dá em contextos específicos, como por exemplo no íterim da RESEX Canavieiras, de modo a levar em conta as particularidades postuladas pelos marcadores sociais de gênero, entendendo as limitações dos discursos simbólicos, e a necessidade de construir processos justos de troca, que de maneira holística também contemplem e construam efeitos também

na dimensão econômica, ao assumir que a mesma é fundamental para um real processo de empoderamento.

6. REFERÊNCIAS

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, p. 103-16, 2004.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, LH de O. Reservas extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. Encontro dos povos do Vale do Ribeira, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade e do Estado. São Paulo: Global, 2002.

DAGNINO, R. Tecnologia apropriada: uma alternativa? Dissertação – UnB, Departamento de Economia, Brasília, 1976.

DAGNINO, R. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 65-81, 2004.

DUMITH, RC. Dinâmicas do sistema de gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: análise da robustez institucional. Journal of Latin American Geography, p. 89-116, 2014.

ETTINGER, V.MT.M. et al. Cultura, Identidade e Gênero: Tecendo a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 4, n. 3, p. 151-179, 2015.

HENNING, CE. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20 (2), p. 97-128, 2015.

LEÃO REGO, WD.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013.

LINS, RN. *A monogamia já era*. 2011.

PINSKY, J; PINSKY, CB. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOIBET, R. A conquista do espaço feminino. In: PINSKY, CB; PEDRO, JM. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 218-237.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, número 3, Brasília, 2010.